

Nota Técnica Conjunta nº 001/2013/SPR/SAG/ANA

Documento nº: 00000.024858/2012

Em 23 de agosto de 2013

Aos Senhores Superintendentes de Planejamento e de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos
Assunto: Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai

INTRODUÇÃO

1. Essa Nota Técnica Conjunta tem como objetivo apresentar uma exposição de motivos que justificam a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – PRH Paraguai e fornecer subsídios para que essa proposta seja encaminhada pela Agência Nacional de Águas – ANA ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, de modo a atender as exigências da Resolução CNRH nº 145, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, inclusive onde ainda não existem Comitês de Bacia Hidrográfica.

2. A nota técnica apresenta inicialmente uma caracterização da Região Hidrográfica do Paraguai e o histórico das discussões relacionadas à gestão dos recursos, com destaque para aquelas que envolveram a ANA e o CNRH. Em seguida, é apresentada uma proposta para a composição de uma instância específica que acompanhará os trabalhos de elaboração do PRH Paraguai, de modo a atender as exigências da Resolução CNRH nº 145.

REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARAGUAI

3. A Resolução nº 32, de 15 de outubro de 2003, do CNRH estabelece a divisão hidrográfica nacional em 12 unidades entre as quais a Região Hidrográfica do Paraguai, que corresponde à bacia do rio homônimo em território nacional, a qual é compartilhada com Bolívia e Paraguai. A região apresenta área de 362 mil km² ou 4% do território nacional, abrangendo territórios dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

4. A Região Hidrográfica do Paraguai pode ser subdividida em dois grandes compartimentos: no planalto se situam as nascentes dos principais rios que desembocam na planície, também conhecida como Pantanal, área periodicamente inundada.

5. As preocupações em relação à gestão ambiental e dos recursos hídricos na região conduziram à elaboração, ao longo de 2004, do “Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai” – PAE

Pantanal/Alto Paraguai, projeto que foi coordenado pela ANA e contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e da Organização dos Estados Americanos – OEA.

6. O PAE Pantanal/Alto Paraguai apresenta um diagnóstico das condições fisiográficas, hídricas, socioeconômicas, legais e institucionais da região. Na porção de planalto, com altitudes variando entre 200 m a mais de 1.000 m, estão estabelecidas importantes cidades como Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, e se desenvolvem a pecuária e a agricultura. A porção de planície, denominada Pantanal, apresenta cotas altimétricas médias entre 60 e 150 m e corresponde a uma zona de deposição de sedimentos que funciona também como um grande reservatório responsável pela regularização do rio Paraguai por até 5 meses. Nela se desenvolvem a pecuária extensiva, o turismo e a pesca.

7. O PAE Pantanal/Alto Paraguai destaca a relevância da gestão compartilhada dos recursos hídricos com a Bolívia e Paraguai e a importância da região do Pantanal, uma das maiores extensões alagadas do planeta com 148 mil km². Nesse contexto, cumpre ressaltar que o Pantanal foi declarado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988, abriga sítios de relevante importância internacional pela Convenção de Áreas Úmidas RAMSAR – tratado entre países que estabelece ações de cooperação para promover a conservação e uso racional de zonas úmidas no mundo –, sendo reconhecido como reserva da biosfera pela UNESCO.

8. Para enfrentar os desafios de gestão ambiental e de recursos hídricos, o PAE Pantanal/Alto Paraguai propõe um conjunto de 8 ações estratégicas com 16 atividades aos quais são associados investimentos e cronograma de implementação com horizonte de 4 anos. O conjunto de intervenções proposto está organizado em três componentes: fortalecimento institucional para o gerenciamento integrado dos recursos hídricos; desenvolvimento sustentável e proteção da biodiversidade; conservação e uso racional do solo.

HISTÓRICO DAS DISCUSSÕES E TEMAS ABORDADOS

9. Desde 2008, a ANA e o CNRH vem recebendo manifestações quanto à necessidade de ações de gestão de recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraguai. As questões apresentadas convergem principalmente para o tema do impacto da construção de empreendimentos hidrelétricos sobre a bacia e, em especial, sobre a dinâmica hídrica e ecológica da região do Pantanal, apontando para a necessidade de elaboração de um plano de recursos hídricos para a região.

10. Apresentamos a seguir um registro das questões levantadas no âmbito do CNRH, da ANA e em outros fóruns sobre as questões hídricas na região. O histórico descrito, no que se refere ao período de 2008 até abril de 2011, se baseia, em grande parte, no Memorando nº 166/GAB/SRHU/MMA do Ministério do Meio Ambiente – MMA aos quais acrescentamos informações mais recentes, entre 2011 e 2013.

11. Inicialmente, destacamos a realização, no período de 20 a 25 de julho de 2008, da VIII Conferência Internacional de Áreas Úmidas - INTECOL em Cuiabá, ocasião em que foi realizado *workshop* que discutiu o impacto das usinas hidrelétricas sobre a conservação dos processos hidrológicos que regem o funcionamento ecológico do Pantanal. Como resultados das discussões, foi apresentada a “Carta de Cuiabá”, documento com recomendações que propõe as seguintes iniciativas: criação de grupo multi-institucional para formulação de diretrizes para a sustentabilidade da região; realização da Avaliação Ambiental Integrada - AAI dos efeitos sinérgicos dos empreendimentos hidrelétricos; desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE; a alteração do regime de operação dos empreendimentos hidrelétricos, de modo a manter o pulso de cheias.

12. A pesquisadora Débora Fernandes Calheiros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa encaminhou, em 13 de fevereiro de 2009, carta 035/09 solicitando à ANA que avaliasse o apoio à carta de recomendações produzida na INTECOL e à proposta de realização de reunião extraordinária no Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA para tratar do assunto.

13. Em 14 de abril de 2009, durante a 25ª reunião extraordinária do CNRH, a referida pesquisadora realizou a apresentação intitulada “Influência de usinas hidrelétricas no funcionamento hidroecológico do Pantanal”. O aprofundamento do tema ocorreu, posteriormente, na 74ª reunião da Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP do CNRH, realizada em 30 de abril de 2010.

14. No ano seguinte, o Memorando nº 166/GAB/SRHU/MMA, de 26 de abril de 2011, elaborado pela Secretaria Executiva do CNRH e encaminhada ao seu plenário, propõe que a ANA elaborasse propostas para planos de recursos hídricos em todas as bacias que não tinham comitês de bacia em funcionamento, elencando as bacias por ordem de prioridade e indicando a bacia do Alto Paraguai como a de maior prioridade no momento.

15. Esse memorando informa a previsão de construção de 115 empreendimentos de geração hidrelétrica na região e destaca o potencial impacto que as usinas que regularizam vazões podem apresentar sobre a ciclagem de nutrientes e o equilíbrio ecológico e hidrodinâmico da região do Pantanal, cuja planície é mantida e alimentada pelos pulsos sazonais de inundação. Aborda também a importância da pesca artesanal e do turismo para a região e que estas atividades poderão ser negativamente afetadas pela construção destes empreendimentos em função da diminuição da riqueza e da abundância de peixes, que seria resultado das alterações do pulso de inundação.

16. Cabe registrar que este memorando foi enviado à Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH, tendo sido discutido na sua 71ª reunião ordinária, ocorrida nos dias 26 e 27 de outubro de 2011. O entendimento que prevaleceu na CTPNRH foi da importância de dotar a região de um instrumento de planejamento. Cumpre ressaltar que, naquele momento, era discutida, no âmbito dessa câmara técnica, a revisão da Resolução nº 17, de 29 de maio de 2001, que estabelecia as diretrizes para elaboração de planos de hidrográficas. Um dos principais pontos deste trabalho era justamente estabelecer a responsabilidade pela decisão de elaborar e aprovar os planos de recursos hídricos em bacias hidrográficas onde não existe comitê de bacia, questão ainda em aberto naquele momento, mas que já foi pacificada com o advento da Resolução CNRH nº 145/12.

17. Outra frente de discussão da questão do impacto dos empreendimentos hidrelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai se deu no âmbito do Ministério Público Federal - MPF. Em 20 de julho de 2010, aconteceu audiência pública, convocada pelo MPF e a Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, com o objetivo de debater sobre a exploração energética e a sustentabilidade ambiental na região, de modo a contribuir para a tomada de medidas judiciais e extrajudiciais. Cabe destacar que, desde março de 2009, tramitava na Procuradoria da República inquérito civil sobre o tema e o MPF julgou necessário levantar subsídios para apoiar o equacionamento dos problemas identificados. Entre os encaminhamentos da audiência, cabe destacar a proposta de elaboração de uma AAI dos aproveitamentos hidrelétricos na região. Posteriormente, em 18 de agosto foi realizada reunião, convocada pelo MPF, que contou com a participação da ANA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama.

18. Em 13 de setembro de 2010, a Secretaria de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul, por meio do Ofício SEMAC-MS/GAB N. 376/10, solicitou à ANA o estabelecimento de uma agenda técnica, visando à elaboração de estudos para prover o embasamento técnico-científico necessário à avaliação do impacto dos aproveitamentos

hidrelétricos sobre a planície pantaneira. O documento ressalta também a solicitação, realizada à Empresa de Pesquisa Energética – EPE, de que fossem providenciados os estudos de AAI na bacia, conforme deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul.

19. O Ofício nº 1454/2011/MPF/CRA/MS/WRA, de 19 de dezembro de 2011, encaminhado pelo MPF à ANA, solicita o envio de cópia de todas as outorgas de uso de recursos hídricos e reservas de disponibilidade hídrica expedidas relativas a empreendimentos hidrelétricos da bacia hidrográfica do Alto Paraguai, a fim de instruir o inquérito civil aberto em 2009.

20. Mais recentemente, o Ofício nº 359/2012/SBF/MMA, datado de 13 de novembro de 2012, retransmitiu à ANA a recomendação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, órgão colegiado do MMA, de elaboração do PRH Paraguai em articulação com a elaboração do macrozoneamento ecológico econômico da região. O documento destaca que o Plano deve considerar a vazão ambiental (ou hidrograma ecológico) nos rios já barrados, de modo a compatibilizar a geração de energia e demais usos com a conservação da biodiversidade, a garantia das necessidades de água do ecossistema e a manutenção do equilíbrio hidroecológico do bioma Pantanal, salientando que deverão ser promovidas as condições necessárias à criação e funcionamento do respectivo comitê de bacia.

21. O tema da elaboração do PRH Paraguai foi retomado novamente no âmbito do CNRH na 18ª reunião ordinária, que ocorreu em 12 de dezembro de 2012. A proposta, apresentada pelo conselheiro Wilson de Azevedo Filho, foi aprovada como ação de alta prioridade para o CNRH para o período 2013-2014.

22. Em 03 de maio de 2013, o MPF e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul ajuizaram ação civil pública por considerarem a omissão dos demandados - União, Estado do Mato Grosso, Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul e Ibama – na adoção das providências por eles admitidas e apontadas como necessárias para reversão e/ou contenção de efeitos danosos da ação humana na bacia hidrográfica do rio Taquari. Esse é um dos principais corpos hídricos da região hidrográfica do Paraguai, que vem sofrendo os efeitos do assoreamento em função do intenso desenvolvimento da agropecuária associado a solos suscetíveis à erosão. Os resultados deste processo, segundo a ação civil pública, resultaram no seguinte: inundações permanentes nas regiões de planície; desvio do leito do rio; perdas de áreas produtivas; conflitos entre pescadores e proprietários rurais; conflitos entre proprietários rurais; alterações e perdas na biodiversidade; alteração no pulso de inundação; e alteração dos canais de navegação do rio.

23. No contexto dessa ação do MPF, a ANA foi demandada recentemente, por meio do Ofício-circular nº 025/2013-SAG/C. Civil – PR, de 25 de julho de 2003, a prestar informações sobre o estágio de implementação das ações sob sua responsabilidade no “Programa de ações para promover a proteção e recuperação ambientais da bacia hidrográfica do rio Taquari”. É importante esclarecer que a Agência integra o Grupo de Trabalho Interministerial que elaborou o documento. Além disso, a ANA é solicitada a informar quais programas e ações destinadas à proteção e recuperação ambiental da bacia hidrográfica podem ser destinadas no futuro.

24. Por fim, é oportuno destacar a solicitação da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH para a ANA, encaminhada pelo Secretário Executivo do CNRH, Ofício nº 46/2013/CNRH/SRHU/MMA de 01 de agosto de 2013, demandando a elaboração do PRH da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai.

25. Este histórico mostra que a temática da preservação ou conservação dos recursos hídricos da região hidrográfica vem sendo debatida nos últimos 5 anos em diferentes fóruns com variadas abordagens, mas que convergem para a necessidade de que a região seja dotada de planejamento que permita compatibilizar os usos múltiplos da água e a sustentabilidade do seu

aproveitamento. É importante acrescentar que os estudos de AAI e AAE propostos não foram realizados na região hidrográfica do Paraguai.

26. Nesse contexto, considera-se oportuna a execução do PRH Paraguai como instrumento que pode orientar e integrar políticas e intervenções na região na perspectiva de assegurar a utilização sustentável das águas, compatibilizando-a com as demandas existentes e a conservação e/ou proteção do Pantanal.

ELABORAÇÃO DO PRH PARAGUAI NA AUSÊNCIA DE COMITÊ DE BACIA

27. Na perspectiva da elaboração do PRH Paraguai, destaca-se como tema relevante a definição da responsabilidade pelo seu acompanhamento e aprovação, considerando que não existe um comitê de bacia instituído que abranja a área da região hidrográfica.

28. Nesse sentido, vale destacar a aprovação pelo CNRH da Resolução nº 145, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece novas diretrizes para a elaboração de planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas, revogando assim a Resolução CNRH nº 17, de 29 de maio de 2001.

29. Entre as inovações introduzidas, cumpre ressaltar a atribuição de responsabilidade ao CNRH tanto na definição quanto na aprovação de planos de recursos hídricos em bacias e/ou regiões hidrográficas em que não existem comitês de bacias, conforme estabelece o art. 5º da Resolução nº 145, conforme segue:

Art. 5º Em bacias e regiões hidrográficas onde ainda não existam Comitês de Bacia Hidrográfica que abranjam a totalidade dessas áreas, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ou o respectivo Conselho Estadual, decidirá pela elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas contemplando estas bacias e regiões.

PROPOSTA DE GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO PRH PARAGUAI

30. Um aspecto importante para a elaboração de planos de recursos hídricos em áreas sem comitê de bacia, conforme previsto nos parágrafos 1º a 5º do art. 5º da Resolução CNRH nº 145/12, diz respeito à obrigação da entidade gestora de recursos hídricos propor a constituição de uma instância específica de acompanhamento - aqui denominada de Grupo de Acompanhamento - que deverá ser aprovada pelo competente Conselho de Recursos Hídricos. O Grupo de Acompanhamento deve incorporar representantes das entidades civis de recursos hídricos, usuários das águas e poder público, buscando-se uma representação similar à preconizada para comitês de bacia, conforme segue:

§ 1º Os Planos de Recursos Hídricos de que trata o caput do artigo serão elaborados pela entidade gestora correspondente e acompanhados por uma instância específica.

§ 2º Essa instância específica de acompanhamento contemplará a participação das entidades civis de recursos hídricos, usuários das águas e poder público, buscando-se uma representação similar à preconizada para comitês de bacia.

§ 3º A proposta de criação e composição dessa instância de acompanhamento deverá ser feita pela entidade gestora de recursos hídricos responsável pela elaboração do plano, ouvidos ou consultados os segmentos representados no respectivo Conselho de Recursos Hídricos.

§ 4º A criação e a composição dessa instância de acompanhamento deverão ser aprovadas pelo respectivo Conselho de Recursos Hídricos, de acordo com a dominialidade das águas.

§ 5º A instância específica constituída para o acompanhamento de Plano de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica na qual ainda não exista comitê de bacia hidrográfica deverá ser indutora da criação do respectivo comitê.

31. No caso do PRH Paraguai, é responsabilidade da ANA a proposição da criação e composição desse grupo de acompanhamento para posterior avaliação pelo CNRH.

32. Neste contexto, em observância ao que preconiza a Resolução CNRH nº 145/12, propõe-se a seguinte composição para o referido Grupo de Acompanhamento, que prevê um total de 25 integrantes:

Segmento	Sector	Instituições	
Poder Público	Federal	Agência Nacional de Águas	1
		Ministério do Meio Ambiente	2
		Ministério das Relações Exteriores	3
		Fundação Nacional do Índio	4
	Estadual	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	5
		Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo do Mato Grosso do Sul	6
		Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso	7
		Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso	8
	Municipal	Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul	9
		Associação Mato-grossense de Municípios	10
Usuários	Abastecimento/Saneamento	Indicação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul - CERH-MS	11
		Indicação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso - CEHIDRO-MT	12
	Irrigação/Agropecuária	Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul	13
		Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso	14
	Pesca, Turismo e Lazer	Indicação do CERH-MS	15
		Indicação do CEHIDRO-MT	16
	Indústria	Indicação do CNRH	17
	Hidroelectricidade	Indicação do CNRH	18
Sociedade Civil	Organizações Não Governamentais	Indicação do CERH-MS	20
		Indicação do CEHIDRO-MT	21
	Organizações Técnicas de Ensino e de Pesquisa	Indicação do CERH-MS	22
		Indicação do CEHIDRO-MT	23
	Organizações Indígenas	Indicação do CNRH	24
	Comitês de Bacias Hidrográficas	Indicação do CNRH ou do Fórum Nacional de CBIIs	25

CERH-MS: Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul; CEHIDRO-MT: Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso

ENCAMINHAMENTOS

33. Consideramos que a destacada importância da Região Hidrográfica do Paraguai e o histórico de conflitos e discussões a respeito da sustentabilidade da utilização dos seus recursos hídricos justificam a elaboração de um plano de recursos hídricos.

34. Entendemos ser oportuno que a Diretoria Colegiada delibere sobre o interesse da ANA em empreender tal ação. Destacamos a importância de que essa decisão seja realizada em articulação com o CNRH que, conforme prevê a Resolução nº 145/12, é o responsável por definir as regiões e/ou bacias hidrográficas que deverão ter seus planos de recursos hídricos elaborados, bem como, posteriormente, acompanhar a sua elaboração e aprova-los.

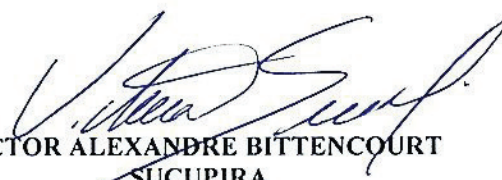
Atenciosamente,


JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY
Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos


NELSON NETO DE FREITAS
Gerente de Gestão de Recursos Hídricos

De acordo,


**SÉRGIO RODRIGUES SOARES
AYRIMORAES**
Superintendente de Planejamento de Recursos
Hídricos


**VICTOR ALEXANDRE BITTENCOURT
SUCUPIRA**
Superintendente Adjunto de Apoio à Gestão de
Recursos Hídricos